

## A PESQUISA COM LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS UM DEBATE

Yonne Leite  
CNPq/UFRJ

Neste momento em que abro esta seção de debate sobre a pesquisa com línguas indígenas brasileiras, gostaria de prestar meu tributo à memória do Prof. Joaquim Mattoso Camara Jr. São transcorridos 25 anos de seu falecimento e, em outras ocasiões, diferentes homenagens lhe foram prestadas. Esta que aqui fazemos agora não é uma formalidade. Foi Mattoso Camara quem, como idealizador do Setor Lingüístico do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, reformulou, na década de 60, a pesquisa com línguas indígenas brasileiras. Durante 10 anos com ele mantive um convívio diário muito enriquecedor. Graças à sua ação, ao respeito que a comunidade acadêmica lhe devotava, ao reconhecimento que gozava no plano nacional e internacional, as línguas indígenas brasileiras foram inscritas como um objeto de estudo válido, hoje institucionalizado.

Minha iniciação nessa área de pesquisa se deu como sua estagiária no Museu Nacional. Duas das debatedoras que aqui se encontram, Bruna Franchetto e Marcia Dâmaso Vieira, são pesquisadoras do Museu Nacional e lá iniciaram sua pesquisa de campo, a primeira com a língua Kuikuro (família Karibe) e a segunda com a língua Asurini (família Tupi-Guarani). Tania Conceição Clemente de Souza, professora-adjunta da UFF, também iniciou sua pesquisa com o Bakairi (família Karibe) no Setor de Lingüística do Museu Nacional. Assim Mattoso Camara abriu um espaço e instituiu um campo de trabalho que continua a florescer. E, embora cada uma de nós aqui presente tenha perspectivas de trabalhos diferenciadas e histórias de vida diversas, unem-nos, em um período de nossa trajetória, as salas, a biblioteca e o ambiente estimulante de trabalho do Museu Nacional. Espaço que nos foi legado por Mattoso Camara.

Como de praxe deveria começar a tratar do tema aqui proposto segundo uma perspectiva histórica, procurando estabelecer os devidos cortes ou cronológicos ou

---

\* Sociedade Brasileira de Língua e Literatura – XXVII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura U.E.R.J. – 24 a 28 de julho de 1995.

epistemológicos ou paradigmáticos que norteiam as pesquisas com línguas indígenas brasileiras.

O primeiro obstáculo a transpor é determinar esses cortes. O que é passado em termos dos estudos das línguas indígenas brasileiras? Seria o passado tanto a documentação oriunda dos missionários católicos da colônia, ou a dos viajantes, etnólogos, membros da Comissão Rondon, juntamente com os estruturalistas? Ou o corte se daria no estruturalismo e a época contemporânea abrangeria tanto os trabalhos do S.I.L. quanto as recentes teses de doutorado feitas numa perspectiva gerativista? Enfim, há uma linha atual homogênea de pesquisa com línguas indígenas brasileiras ou esse é um campo pluralista?

Para Mattoso Camara, em seu clássico livro *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, o novo, o promissor, o rompimento com o passado reside no advento do estruturalismo. O passado compreende vários vocabulários e informações gramaticais assistemáticas, provenientes de recolhas de etnólogos como Curt Nimuendaju, Karl von den Steinen, Theodor Koch-Grunberg, para citar apenas os mais conhecidos, assim como a produção jesuítica de Anchieta e Filgueira, ambas sobre o Tupinambá ou sobre "a língua mais usada na costa do Brasil". A essa pode-se juntar a documentação sobre o Guaraní Antigo produzida pelos Pe. Montoya, Pe. Bernal e Pe. Bolaños. A ação catequética permitiu toda uma literatura religiosa em língua nativa, com catecismo, teatro, textos de doutrina cristã, dicionários.

É voz corrente acatada achar que esses trabalhos têm pecado de origem. No caso dos etnólogos e viajantes, a falta de uma formação específica em lingüística e o caráter fragmentário da documentação. Já a produção jesuítica peca por seu caráter utilitário de conversão e pela utilização do que se identifica como um modelo latino de gramática. Segundo Mattoso Camara criou-se "um Tupi jesuítico sensivelmente distanciado das línguas Tupi naturais..." (p. 104) tendo havido uma simplificação da fonética, a regularização da gramática e a adulteração de suas categorias genuínas e do valor dos morfemas. Além disso, teriam em seus dicionários adaptado toda a semântica à "visão cósmica ocidental".

Seriam essas críticas justificáveis? Esse quadro mudou com o estruturalismo? São essas as perguntas que me surgem de imediato.

Em primeiro lugar, discordo da crítica feita ao trabalho dos padres católicos. O material que nos foi por eles legado, apesar de suas imperfeições, permite reinterpretações e reanálises. Prova disso é o *Curso de Tupi Antigo* do Pe. Lemos Barbosa, feito com base no trabalho jesuítico dos séculos anteriores, que apesar de todos os avanços presumíveis de nosso conhecimento, continua sendo a melhor obra de referência para as línguas da subfamília Tupi. Não pode, pois, ter havido uma simplificação ou regularização da gramática nativa, nem seu aprisionamento nas categorias clássicas do latim, pois nelas se encontram informações preciosas, na maioria das vezes desprezadas nos trabalhos dos estruturalistas, como a ordem sintagmática livre, as modificações morfofonêmicas, os dois tipos de construções causativas, a incorporação nominal ao verbo. Esses fenômenos não se encontram todos no latim. Quanto aos dicionários, o único atual que tem uma organização por tópicos – seriam campos semânticos – é o de Françoise Grenand para o Wayãpi. Desconheço, até a

presente data, dicionários que levem em conta a visão do mundo dos grupos nativos. No mais das vezes os dicionários produzidos, após o advento do estruturalismo, não passam de listas vocabulares com os itens arrolados em ordem alfabética. E, quando arrolados por tópicos, esses tópicos são os mesmos das culturas ocidentais, tais como, partes do corpo, fenômenos da natureza, plantas, animais, termos de parentesco.

A crítica feita ao trabalho dos jesuítas se embasa na corrente relativista do estruturalismo, praticada em graus variáveis, segundo a qual cada língua seria um sistema de relações específico e único, com categorias próprias, indicativas do recorte do mundo externo. O *leit motif* do estruturalismo foi enfatizar as diferenças. E mais ainda, pensamento, visão do mundo e linguagem seriam interdependentes. Não haveria um homem pensante que teria precedência sobre o homem falante. O pensamento estaria colado à linguagem. Todos devem ter em mente a imagem de Saussure do fluxo do pensamento sendo recortado pela língua, cada língua produzindo um recorte diferente. O espírito humano universal do racionalismo desaparece no estruturalismo.

Em segundo lugar, uma lingüística "pura" jamais foi praticada entre nós. O estruturalismo não mudou a finalidade utilitária da lingüística. E, muito menos, o seu uso para fins catequéticos. Sabemos que a prática estruturalista se fixou em nosso País pela ação dos membros do Summer Institute of Linguistics, que é uma instituição missionária, cujo propósito em descrever uma língua indígena é o de reduzi-la a uma escrita para a tradução da Bíblia. Concomitantemente ao trabalho de descrição desenvolve-se um processo de alfabetização bilingüe. Esse modelo – sem fins catequéticos – é amplamente usado mesmo por não-estruturalistas e leigos. Cabe ao lingüista fornecer o alfabeto e confeccionar cartilhas. A participação de lingüistas em projetos e programas educacionais é considerada uma obrigação – a atitude politicamente correta – de todo aquele que desenvolve pesquisa lingüística com populações indígenas no Brasil. E o que se chama "retorno", o que damos em troca pelo fornecimento de dados, por ocuparmos um tempo e um espaço que não é nosso, para realizarmos um trabalho de natureza acadêmica que reverterá em nosso próprio benefício. O propósito dessa alfabetização feita por leigos não é catequético. Ninguém quer traduzir a Bíblia. O que se quer é oferecer a essas populações minoritárias um mecanismo e um conhecimento que lhes permita defender seus interesses em pé de igualdade com a população majoritária envolvente. Mas o modelo amplamente utilizado foi desenvolvido por missionários protestantes.

O modelo estruturalista, ao se fixar entre nós, tinha como propósito 1) produzir descrições integrais das línguas, abarcando os níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, além da confecção de dicionários bilíngües 2) promover, baseado nessas descrições, a classificação genética dessas línguas (vide *O Setor Lingüístico do Museu Nacional*. Publicações Avulsas n° 49, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1965). Nenhum desses objetivos se cumpriu na extensão desejada, no período em que vigorou no mundo acadêmico o paradigma. Somente em 1986, começou a ser publicado o *Handbook of Amazonian Indian Languages* agora em seu terceiro volume, o similar do *Handbook of North American Indian Languages*,

organizado por Franz Boas datado de 1942. E a produção que se encontra nesses três volumes não é brasileira, mas de membros do Summer Institute of Linguistics.

A classificação genética também não avançou muito. O ideal era o de se aplicar o método comparativo clássico, com a reconstrução de cada estágio. Tem-se para a família Tupi-Guarani, seguindo essa metodologia, a classificação proposta por Miriam Lemle (*Internal Classification of the Tupi-Guarani Linguistic Family Tupi Studies I*, 1971). E, para as línguas Jê, os trabalhos de Irvine Davis (1966, 1968). Aryon Rodrigues aventou a possibilidade de relação entre o Tupi e o Jê (1978) e entre o Tupi e o Karibe (1985), contrariando a ambiciosa proposta de Greenberg, que une o Jê e o Karibe ao grupo Pano (1987). Porém essas propostas estão muito aquém das expectativas iniciais e não foram continuadas, a não ser no caso Tupi para o qual Cheril Jensen fez uma reconstrução morfológica. O trabalho de Lemle se restringiu à reconstrução fonológica.

Se considerarmos o final dos anos 60 como o ponto de ruptura da academia com o estruturalismo e o início da ascensão do novo paradigma – o gerativismo de Chomsky –, vê-se que a produção estruturalista está pelo menos 15 anos atrasada.

Avaliando-se o que foi feito no período em que realmente vigorou, pode-se dizer que o estruturalismo nos legou os três volumes do *Handbook* e mais uma gramática do Hixkariana de D. Derbyshire. Compulsando-se coletâneas feitas pelo S.I.L., dissertações de mestrado e trabalhos arquivados inéditos verifica-se a predominância da fonologia, o que era de se esperar, pois essa foi a pedra de toque do estruturalismo. E mais, trata-se de uma produção voltada para a confecção de cartilhas. Segundo Pike, como o título de seu clássico manual revela, a Fonêmica é uma técnica de redução da fala à escrita. A Fonêmica, na perspectiva estruturalista, é a primeira etapa indispensável para uma descrição, a pedra fundamental sobre a qual se assentam os demais andares do edifício que é uma gramática.

Ao contrário das descrições dos jesuítas, cheia de exemplos e de textos, a produção estruturalista se caracteriza por fórmulas, a língua estando muito pouco presente. Um exemplo extremo desse estado de coisas é a Gramática Guajajara de Bendor Samuel. Ao tentar fazer, juntamente com Marcia Dámaso Vieira, uma análise tipológica das línguas Tupi-Guarani, deparamo-nos com uma total ausência de dados, nas várias descrições existentes, sobre as orações dependentes, construção ergativa, incorporação nominal, fenômenos centrais nas línguas Tupi. Salvam-se, em todo o material, os 40 textos na língua Asurini, material inédito arquivado no Setor de Linguística.

Apesar de oficialmente morto, o estruturalismo ainda vigora na grande maioria das pesquisas atuais. Isso porque, lidamos com línguas não-descritas e torna-se indispensável uma primeira etapa durante a qual se depreendam as unidades fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Daí a minha dúvida inicial em estabelecer períodos cronológicos em que há um passado já superado e um presente em que só agem as novas diretrizes. Parece-me mais que os paradigmas estão justapostos e a falência epistemológica não implica necessariamente a morte da prática metodológica anterior. Ainda se tem como

alvo fazer uma classificação genética, procuram-se fatos inusitados e diferentes e muitas descrições atingem apenas o nível observacional.

O conhecimento factual, sem dúvida alguma, ampliou-se. Sabe-se hoje da riqueza do vocalismo Jê, do retrocesso da nasalização em algumas línguas Tupi-Guarani, da existência de línguas tonais bastante diversificadas. Sabemos também que tanto a tipologia ergativa, quanto a ativa e a nominativa aqui têm expressão.

No estruturalismo, a tipologia parece ter sido a corrente mais promissora que permitiu identificar os fenômenos morfossintáticos a serem retomados no paradigma gerativista.

Fixemo-nos por um instante na tipologia ativa e ergativa.

Por língua de estrutura ativa entende-se aquela nas quais os sujeitos dos verbos transitivos têm a mesma forma dos sujeitos dos verbos intransitivos ativos. Já nos verbos intransitivos de estado, o sujeito se expressa pela mesma forma do objeto dos verbos transitivos. Em geral essas formas são as mesmas dos marcadores possessivos. Há, assim, uma cisão na categoria sujeito dos verbos intransitivos. As línguas Tupi-Guarani e as Jê têm essa tipologia. Porém nas línguas Tupi-Guarani, esse padrão é exclusivo das orações independentes e só se torna patente quando a 3ª pessoa está envolvida, quer como sujeito, quer como objeto. Nas línguas Jê o padrão é menos restrito. Nas línguas Tupi há um padrão ergativo com marcação de caso explícito do agente do verbo transitivo nas construções causativas. Nas língua Jê, um padrão ergativo é encontrado nas orações em tempo passado. Como se vê há diferenças entre as várias línguas, embora o fenômeno seja o mesmo.

Se examinarmos as línguas do tipo ergativo, diferenças também são encontradas. Por línguas de tipologia ergativa se entendem aquelas em que o agente da oração transitiva é singularizado por uma marca explícita de caso, enquanto o sujeito da intransitiva e o objeto não são marcados, tendo a mesma forma. Há, também aí, uma cisão na categoria sujeito, só que em moldes diferente do encontrado nas línguas de estrutura ativa. A cisão aqui se dá entre sujeito de transitiva de um lado e sujeito de intransitiva de outro. Nas línguas ergativas, geralmente são os sintagmas nominais que são marcados para caso, enquanto nas ativas o sintagma não é marcado, é neutro, e a expressão da atividade se faz por formas diferentes das marcas referenciais de pessoa verbal. Encontra-se o tipo ergativo nas famílias Karíbe e Pano. E, dentro de uma mesma família, há diferenças. Nas línguas Karíbe, o Kuikuro, o Makuxi e o Bakairi são línguas ergativas. No entanto a ergatividade Kuikuro e Makuxi difere radicalmente da ergatividade em Bakairi. Enquanto que, em Kuikuro e Makuxi, a ergatividade se expressa como está descrito acima por uma marca de caso explícita, em Bakairi é no sistema referencial de pessoa que iremos encontrar o tipo ergativo, numa situação aparentemente semelhante à que se verifica com as línguas ativas.

Nas línguas Pano, em que também se verifica a tipologia ergativa, há diferenças entre os membros da família e entre estes e as línguas Karibe. Em Kuikúro a marca ergativa só ocorre se o objeto estiver expresso. Já no Marubo (Pano), é possível uma marcação ergativa sem que o objeto esteja presente. Em Kuikuro e Marubo a marcação ergativa não é variável; em Matsés (Pano) o é.

Dentro do estruturalismo, a corrente tipológica me parece mais estimulante por obrigar que se observem os vários domínios da sintaxe: orações dependentes e independentes, construções afirmativas, negativas, interrogativas, causativas, incorporadas, modos e tempos ou aspectos verbais. O resultado me parece mais abrangente, levando a uma descrição mais integrada e completa.

Foram os estudos de natureza tipológica que trouxeram à tona a intrincada questão da ordem sintagmática. Se pelos levantamentos de Greenberg, as línguas em que o objeto precede o sujeito são raras, a pesquisa com línguas indígenas veio engrossar o número de casos e abalar o primeiro universal (ou quase-universal) tipológico. Há, no Brasil, línguas com a estrutura de superfície OSV, VOS e OSV (cf. Derbyshire e Pullum). E há também línguas de ordem sintagmática livre em que a antecedência ou precedência de um argumento com relação ao verbo não implica uma função gramatical.

Porém, mesmo com os parâmetros do modelo tipológico, ainda se está no nível da observação, da constatação e da enumeração de fatos, sem dúvida uma etapa importante da pesquisa que deve, porém, ser ultrapassada.

É no paradigma que se segue ao estruturalismo – a teoria gerativa – que residem as possibilidades de explicação para fatos aparentemente tão caóticos e aleatórios, como os que acabamos de expor. E, parece-nos, o novo paradigma vem dando seus frutos em tempo mais hábil do que o anterior. Já se têm quatro alentadas teses de doutorado nas quais o novo filão é explorado versando sobre as línguas Pirahã (D. Everett), Tikuna (M. Facó Soares), Asurini (Marcia D. Vieira) e Bakairi (Tania C.C. Souza).

E, embora o foco das atenções tenha mudado, com a teoria gerativa, da fonologia para a sintaxe, já se tem uma coletânea de artigos, organizada por Leo Wetzel, *Estudos Fonológicos das Línguas Indígenas Brasileiras*, na qual nove línguas são apresentadas, segundo modelos não-lineares.

Apesar disso, continua o paralelismo de posições e de enfoques. Há quem não concorde com o paradigma gerativista e ache prematuro aplicá-lo às línguas indígenas brasileiras. Segundo essa corrente, ao invés de se "teorizar" sobre essas línguas deve-se-ia antes coletar dados para documentá-las em profundidade. Por documentação se entende, me parece, um modelo "neutro", em que os dados sejam segmentados e catalogados. Os únicos procedimentos válidos seriam o contraste e a distribuição complementar.

A meu ver qualquer trabalho passará necessariamente por essas etapas. Há que se registrar a língua por meio de uma transcrição fonética, há que se segmentar os morfemas, há que se estabelecer uma representação fonológica. Só que não se deve parar aí. Pode-se ir mais longe.

Se o programa estruturalista consistia em fazer uma gramática, o desiderato dos lingüistas atuais é o de inscrever as línguas indígenas brasileiras nas discussões sobre os modelos lingüísticos e, assim, contribuir para a construção de teorias. Parece-me que tal objetivo só será alcançado se a produção for feita em inglês. E aí reside o nosso ponto fraco: a falta de visibilidade. Publicamos pouco, os resultados

da pesquisa estão encerrados nas teses, artigos em Atas de Congresso ou revistas de Universidade de circulação restrita. Será preciso mais agressividade e um programa para desencapsular esses resultados de pesquisa. E a tarefa é dupla. Somos poucos e há muito a fazer. Ainda há várias línguas pouco descritas e algumas totalmente desconhecidas. Urge que se formem mais pessoas e que, ao mesmo tempo, ao lado da produção para o mundo acadêmico, se produza também, em linguagem acessível, para os professores, os médicos, os antropólogos, para o leitor comum, a fim de que esse mundo tão rico, parte de nossa riqueza cultural, possa ser compartilhado. O conhecimento é a melhor e talvez a única, forma de se vencer o preconceito. E ainda há muitos equívocos e preconceitos com relação às línguas indígenas. Assim ao lado de um programa que intensifique a pesquisa, é preciso um esforço em termos de se publicarem gramáticas passíveis de serem usadas por um não-especialista.

As tarefas de qualquer um que queira se aventurar nesse maravilhoso novo mundo são, pois, variadas. O perfil do lingüista continua o mesmo: é preciso fazer trabalho de campo, saber fonética, fonologia, morfologia sintaxe. É preciso conhecer os procedimentos de descoberta, lidar tanto com o estruturalismo, com o gerativismo, com a teoria do discurso. É preciso entender o outro, respeitá-lo. É preciso dançar com eles em suas festas, chorar com eles os seus mortos, servir de professor, e ser seu embaixador nos intrincados caminhos da burocracia e política nacional para que seus direitos sejam respeitados.

E qualquer um que tenha passado por algumas dessas experiências tornou-se sempre uma pessoa melhor, com a "cabeça feita" e com um programa de vida com muitas obrigações. Jamais haverá para nós um lugar para o tédio ou para o desalento, pois sempre haverá o que descobrir ou o que redescobrir.

\*\*\*